



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

### **EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO**

#### **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022**

#### **EDITAL Nº 180/2022**

Nos termos da solicitação da **Secretaria de Mobilidade Urbana** do Município de Birigui-SP, através do Secretário da pasta e de seu Diretor de Trânsito, resta devidamente retificado o Edital nº 180/2022 da Concorrência Pública nº 04/2022, nos termos que seguem:

**a)** Ficam alteradas as redações contidas nas cláusulas 02, 03, 05, 10, 11, 12, 15, 16, 19, 24 e 25 do Edital primitivo;

**b)** Ficam alterados os Anexos do Instrumento Convocatório primitivo, renomeando, agrupando e alterando, conforme segue:

**b.1)** Ficam reorganizados os Anexos sendo: I- Termo de Referência, II – Estudo Técnico Preliminar e Itinerários/Grade de Horários e Rotas, III – Estudo de Referência Econômica, IV – Modelo de Declarações e Documentos, V – Minuta do Contrato, VI – Modelo de Planilha de Custo, VII – Decreto Municipal nº 5.385/2.015, e VIII – Termo de Ciência e Notificação;

**b.2)** Ficam alterados os Anexos I – Termo de Referência, II – Estudo Técnico Preliminar e Itinerários/Grade de Horários e Rotas (integrou o Anexo XIV junto ao Estudo Técnico), V – Minuta de Contrato;

**b.3)** Ficam inclusos os Anexos III – Estudo de Referência Econômica e VI – Modelo de Planilha de Custo;

**b.4)** Ficam unificados em um único Anexo (agora Anexo IV) os modelos de Declarações e Documentos (Anexos I, IV, VI, VII, VIII, IX, X, e XIII) do Edital primitivo;

**b.5)** Ficam alteradas as cláusulas cujos anexos renumerados são citados, corrigindo a numeração daqueles, sem prejuízo do teor das mesmas.

**c)** Ficam alteradas as cláusulas que traziam datas pré estabelecidas diante da presente Retificação.

OBS: As alterações foram efetuadas em atenção ao exposto e solicitado pela Pasta requisitante.

**Desta forma, passa a vigorar o Edital, conforme abaixo transcrito em sua íntegra:**



*Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

QUADRO DE RESUMO DA CONCORRÊNCIA	
TIPO DE LICITAÇÃO	<b>MENOR TARIFA TÉCNICA DE REMUNERAÇÃO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO</b>
EMPREENDIMENTO	<b>Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano</b>
OBJETO	<b>CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI-SP, POR MEIO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS</b>
VALOR MÍNIMO ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO	<b>Conforme Cláusula 3ª</b>
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	<b>Da data da publicação – Cláusula V.</b>
PRAZO DA CONCESSÃO	<b>10 (dez) anos</b>
PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	<b>Até o 2º (segundo) dia útil da data de entrega dos envelopes previsto neste Edital.</b>
ENTREGA DE ENVELOPES:	<b>22/03/2023 às 08h30min.</b>
VISITA TÉCNICA:	<b>Antes da data de entrega dos envelopes previsto neste Edital</b>



---

**ÍNDICE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA:**

- 1 - DO OBJETO**
- 2 – DAS DEFINIÇÕES**
- 3 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**
- 4 - DA VISTORIA TÉCNICA**
- 5 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**
- 6 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**
- 7 - DA DATA E LOCAL DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES**
- 8 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 9 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**
- 10 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – JURÍDICA**
- 11 - DA PROPOSTA COMERCIAL**
- 12 - DA HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 13 - DOS RECURSOS**
- 14 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**
- 15 - DA CONTRATAÇÃO**
- 16 – DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO E DO SUBSÍDIO TARIFÁRIO**
- 17 – DAS GRATUIDADES E BENEFÍCIOS TARIFÁRIOS**
- 18 - DAS PENALIDADES**
- 19 – DO REAJUSTE DA TARIFA TÉCNICA DE REMUNERAÇÃO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO**
- 20 – DA REVISÃO DA TARIFA TÉCNICA DE REMUNERAÇÃO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO**
- 21 – DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E PRERROGATIVAS**
- 22 – DA INTERVENÇÃO DO PODER CONCEDENTE**
- 23 – DO CONTRATO DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS**
- 24 – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**
- 25 – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS**
- 26 - DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO**
- 27 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

De ordem do Sr. Prefeito, **PUBLICAMOS** que, junto à Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Materiais - Seção de Licitações, desta Prefeitura Municipal de Birigui, encontra-se aberto o processo licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2022**, tipo **Menor Tarifa Técnica de Remuneração por passageiro transportado**, que será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 8.987/95 e suas alterações, Lei Federal nº 12.587/2012 e suas alterações, Lei Federal nº 9.074/95 e suas alterações, Lei Federal nº 11.079/04 e suas alterações, Art. 191 da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 60/2014, bem como Lei Orgânica do Município, e demais normas pertinentes ao assunto constante deste Edital.

### **1 - DO OBJETO**

1.1 - O objeto da presente licitação é a **“CONCESSÃO PATROCINADA PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI-SP, POR MEIO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS”**, bem como os anexos que integram este Edital (Art. 40, I - Lei 8.666/93).

**1.2 – A licitante vencedora deverá atentar-se e atender ao disposto no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar e Itinerário das Linhas, constantes no Anexo I e Anexo II, respectivamente.**

### **2 – DAS DEFINIÇÕES**

2.1 - Para os fins da presente licitação, ficam adotados os seguintes termos agora definidos, que podem ser designados, ao longo do presente EDITAL, tanto no singular quanto no plural, com igual conteúdo e significado, salvo se, do contexto, resultar claramente sentido diverso:

**I. ADJUDICATÁRIA:** é o LICITANTE ao qual vier a ser adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.

**II. COMISSÃO:** A Comissão de Licitação, designada para o julgamento da Concorrência.

**III. CONCESSIONÁRIA:** é a pessoa jurídica, empresa, sociedade empresária a que vier a ser adjudicado o objeto da CONCESSÃO, com a decorrente celebração do CONTRATO.

**IV. CONTRATADA:** A pessoa jurídica, empresa, sociedade empresária a que firmará o Contrato de Concessão.

**V. CONTRATANTE:** O Município de Birigui-SP, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Birigui-SP.

**VI. CONTRATO:** é o contrato de CONCESSÃO patrocinada do SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO, a ser celebrado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

**VII. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:** Conjunto de documentos a serem apresentados pela LICITANTE, destinados a verificar a sua habilitação jurídica, técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal para participar do certame.

**VIII. EDITAL:** O presente instrumento convocatório e todos os seus Anexos.

**IX. LICITANTE:** é quem concorre à LICITAÇÃO.

**X. LINHA:** Serviço público de transporte coletivo municipal de passageiros, urbano ou distrital, prestado segundo regras operacionais, equipamentos, itinerários, terminais, pontos de parada intermediários, horários e TARIFA prefixados e estabelecidos pelo Poder Concedente.

**XI. MODICIDADE TARIFÁRIA:** É o direito dos USUÁRIOS de utilizar os SERVIÇOS mediante o pagamento de tarifas acessíveis, observado, conforme o caso, o direito às gratuidades.

**XII. OUTORGA:** Valor definido para atender a modicidade tarifária e ou benfeitorias no Sistema de Transporte Coletivo no Município.

**XIII. PODER CONCEDENTE:** Município de Birigui-SP.

**XIV. PROPOSTA:** O conjunto formado pelos documentos apresentados pela LICITANTE na proposta.

**XV. SECRETARIA:** Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Birigui, e/ou entidade ou órgão gestor por esse designado.

**XVI. SUBSÍDIO:** Valor orçamentário mensal a ser destinado aos serviços de Transporte Coletivo com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando a Proposta da Licitante vencedora.

**XVII. TARIFA PÚBLICA:** é o preço fixado pelo PODER CONCEDENTE e pago pelos USUÁRIOS em decorrência da utilização dos serviços de transporte coletivo municipal.

**XVIII. TARIFA TÉCNICA DE REMUNERAÇÃO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO:** é o valor proposto pela Licitante em sua Proposta Comercial.

**XIX. USUÁRIO:** é a pessoa que tem acesso e utiliza os SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO.

### **3 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

3.1 – O valor estimado do Contrato referente a frota ofertada (05 (cinco) veículos operacionais e 02 (dois) reservas), conforme definido pelo TCESP terá como base o quadro de Investimentos previstos para execução do Contrato, conforme estimativa prevista neste Edital.

3.2 - A concessão pela outorga será da empresa que apresentar o Menor Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado, em sua Proposta Comercial.



3.3 - O valor da tarifa atual é de R\$ 4,75 (quatro reais e setenta e cinco centavos) de acordo com o Decreto nº 7.083 de 02 de Março de 2022.

#### **4 - DA VISTORIA TÉCNICA**

4.1 - A(s) licitante(s) interessada(s) em participar da presente licitação poderá(ão) efetuar vistoria nos locais com o objetivo de inteirar-se das condições dos mesmos e para formulação de suas propostas.

4.1.1 – A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, assim como tomar conhecimento das peculiaridades inerentes ao objeto e sua execução, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à CONTRATANTE nenhuma responsabilidade em função da insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

4.1.2 – Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessados considerar necessário. As visitas devem ser previamente agendadas e poderão ser realizadas até o dia útil imediatamente anterior ao da sessão pública.

4.1.3 - As licitantes poderão agendar a visita técnica, **até o dia 21/03/2023**, na Secretaria de Mobilidade Urbana, no seguinte endereço: Rua Guanabara, nº 107 – Vila Guanabara, Birigui/SP, através do telefone (18) 3642-2215, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo acontecer em dias úteis antes da data designada para a entrega dos envelopes. No dia e horário marcados, um funcionário da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI estará à disposição dos interessados para atestar as visitas.

4.1.4 – No dia e hora agendados para a visita, o representante deverá comparecer à Secretaria de Mobilidade Urbana, no endereço descrito na cláusula 4.1.3. O representante da empresa deverá ser devidamente identificado, através de documento que o vincule à empresa interessada.

4.1.5 – Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes e necessários para colher as informações necessárias à elaboração de sua proposta.

4.1.6 – A visita técnica será acompanhada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

4.1.7 – As prospecções, investigações técnicas ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão prestados os serviços deverão ser previamente autorizados pela Prefeitura Municipal de Birigui.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

4.1.8 - Por ocasião da visita técnica, será fornecido à licitante interessada em participar do certame **Atestado de Visita Técnica**, expedido pela Secretaria de Mobilidade Urbana.

**4.2 - Alternativamente, a(s) licitante(s) interessada(s) poderá(ão) dispensar a visita técnica e emitir declaração própria, assinada por representante ou preposto, dando fé que conhece todos os elementos técnicos necessários aos cumprimentos do objeto da licitação, responsabilizando-se integralmente, também, pelo fornecimento e execução dos serviços nas condições descritas no Edital, referida declaração poderá ser elaborada na própria sessão pública, desde que o representante da licitante tenha poderes para tal finalidade.**

**4.3 - A apresentação do Atestado de Visita Técnica expedido pela Secretaria de Mobilidade Urbana ou a declaração própria (Anexo IV – Modelo de Declarações e Documentos), deverão obrigatoriamente fazer parte do “Envelope 01” de Documentos, ou caso descrito na cláusula 4.2, na ausência de visita técnica poderá ser elaborado declaração na própria sessão pública desde que atendido as condições descritas naquela.**

### **5 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

5.1 - O prazo de vigência da **CONCESSÃO** será de 10 (dez) anos, contados da ORDEM DE SERVIÇO, na forma e condições estabelecidas no **CONTRATO**.

5.2 - O prazo de vigência da **CONCESSÃO** poderá ser prorrogado uma única vez, por até 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 33, §1º da Lei Complementar do Município de Birigui-SP nº 60/2014, por motivo justificado, nos termos do artigo 23, XII da Lei Federal nº 8.987/195, e dos §§ 1º e 2º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3 - Havendo prorrogação da concessão, os valores pagos respeitarão aqueles propostos pela **CONCESSIONÁRIA**, reajustados conforme o edital e minuta de Contrato - Termo de Concessão de Uso.

5.4 – A partir do início da operação, que deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após assinatura do Contrato de Concessão e a emissão de Ordem de Serviço, a **CONCESSIONÁRIA** deverá contar com frota, equipamentos e recursos humanos integralmente disponíveis, atendendo a todas as especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.5 – A **CONCESSIONÁRIA** deverá ter o Sistema de Bilhetagem Eletrônica integralmente disponível e instalado nos ônibus, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do início da operação, nos termos do Estudo Técnico Preliminar (Anexo II).

5.5.1 – Ainda assim, caso haja necessidade a empresa poderá solicitar prorrogação de prazo para conclusão de implantação do sistema em 15 (quinze) dias, esta solicitação deverá ser feita formalmente pela empresa com justificativa.





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

5.6 – A CONCESSIONÁRIA deverá iniciar a prestação dos serviços com toda a frota composta, sendo 05 (cinco) veículos operacionais e 02 (dois) reservas, e a configuração inicial de categorias e quantitativos.

### **6 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:**

6.1 – Qualquer cidadão poderá solicitar **esclarecimentos ou impugnar o edital de licitação**, por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data prevista para a entrega dos envelopes, nos termos do Art. 41 §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, das 07:30 às 16:00 horas, na Rua Anhanguera, 1155, Jardim Morumbi – Birigui-SP (endereço a Seção de Licitações) ou pelo e-mail: [licitacoes@birigui.sp.gov.br](mailto:licitacoes@birigui.sp.gov.br)". Neste caso, ambos os pedidos deverão vir acompanhados do documento de identidade do requerente.

6.2 - Os eventuais pedidos de **esclarecimentos ou impugnações** apresentados por licitantes deverão ser entregues mediante protocolo junto à Seção de Licitações, situado à Rua Anhanguera, 1155, Jardim Morumbi nesta cidade de Birigui/SP), **impreterivelmente até as 16:00 horas do 2º (segundo) dia útil anterior a data prevista para abertura dos envelopes**, observado o disposto no art. 41, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93. Em ambos os casos, a documentação deverá vir acompanhada do documento de identidade, Contrato Social da empresa e procuração que comprove sua representatividade legal.

6.3 – Os documentos acima descritos poderão ser encaminhados através de endereço eletrônico para [licitacoes@birigui.sp.gov.br](mailto:licitacoes@birigui.sp.gov.br).

6.4 – Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

6.5 – Admitida a impugnação ao Edital, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização do certame.

6.6 - No caso de ausência de solicitação pelas licitantes, de esclarecimentos adicionais aos ora fornecidos, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

6.7 – Os interessados em participarem da presente licitação poderão examinar e retirar a Pasta contendo o Instrumento Convocatório e seus Anexos, sendo que, para cobrir os custos do fornecimento da Pasta, conforme parágrafo quinto do artigo 32 da Lei de Licitações, deve ser pago, por meio de Guia de Recolhimento Própria fornecida pela Administração, o valor de R\$ 30,00 (trinta reais), junto ao Posto Bancário que funciona no prédio da Prefeitura, sito na Rua Osvaldo Cruz, nº 146, mediante emissão de guia de recolhimento ou **gratuitamente através do site [www.birigui.sp.gov.br](http://www.birigui.sp.gov.br)**. As vendas encerrar-se-ão às 16:00 horas do dia **20/03/2023**.





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

### **7 - DA DATA E LOCAL DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:**

7.1 - As licitantes deverão apresentar seus envelopes no dia **22/03/2023 às 08h30min**, na Rua Anhanguera, 1155, Jardim Morumbi - Birigui/SP, Departamento de Materiais, ocasião em que se dará a sessão de abertura da licitação.

7.2 - Os interessados que acudirem ao presente certame devem atentar ao horário fixado para entrega dos envelopes, e ainda para o tempo que possa ser despendido com sua identificação na recepção do prédio, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

7.3 - A Prefeitura de Birigui aceitará o envio dos envelopes nº 01 e nº 02 via correio, desde que sejam entregues até a data e o horário previstos para a protocolização dos envelopes.

7.4 - Até a abertura do certame, os envelopes ficarão em poder da Comissão de Licitações e não serão devolvidos às licitantes.

### **8 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

8.1 - Somente poderão participar desta Concorrência, na qualidade de licitantes, empresas cadastradas ou que apresentarem documentação de acordo com os artigos 27 a 31 da Lei Federal de Licitações com as alterações decorrentes de Leis posteriores, que não incorram nos impedimentos previstos no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda que:

a) Estejam legalmente constituídas e tenham em seu objeto social atividade compatível com o objeto da presente licitação, bem como satisfaçam as exigências deste edital;

b) Não sejam constituídos por servidores da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** ou ainda seus cônjuges ou companheiros ou parentes até o 3º grau;

c) Não estejam falidas. Porém empresas em recuperação judicial poderão participar apresentando durante a fase de habilitação, o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, observando ainda as letras c.2, c.3 e c.4 contidas no subitem 11.1.4 da cláusula onze;

d) Cumpra as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários nos termos do art. 117, parágrafo único da Constituição do Estado de São Paulo;

8.2 Estarão impedidas de participarem ainda, licitantes que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações, observada a Súmula nº 51 do TCE/SP, bem como:

a) Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;

b) Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei 9.605/98;

c) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

8.3 - Não será admitida a participação de ONG, OSCIP, Cooperativa ou empresas em Consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

8.4 – O ato da entrega da proposta pela empresa licitante já caracteriza declaração desta, sob as penas da lei, de que conhece todos os termos do edital e que com eles concorda.

**8.5 - As microempresas e empresas de pequeno porte, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06 deverão apresentar Declaração de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV – Modelo de Declarações e Documentos deste Edital FORA do Envelope nº. 01 (Habilitação), em caso de esquecimento a Presidente da Comissão Permanente de Licitações deverá autorizar o representante da licitante para providenciar referida declaração, antes do início da sessão, desde que referido documento não esteja dentro do envelope 01.**

### 9 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

9.1 - A Documentação de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser apresentadas em 2 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, identificados na seguinte forma:

#### ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2022

EDITAL Nº XXX/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ (Pessoa Jurídica) ou CPF (Pessoa Física):

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Modelo etiqueta – Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação.

#### ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2022

EDITAL Nº XXX/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ (Pessoa Jurídica) ou CPF (Pessoa Física):

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Modelo etiqueta – Envelope nº 02 – Proposta Comercial.

9.2 - O conteúdo dos envelopes será apresentado cada qual em uma única via, com todos os elementos de cada um dos envelopes agrupados em pastas, cadernos ou volumes, com suas folhas rubricadas e numeradas sequencialmente da primeira à última, independentemente de estarem montadas em mais



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

de um volume, de forma que a numeração da última folha reflita exatamente a quantidade total de folhas da respectiva documentação.

### **10 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – JURÍDICA:**

10.1. – Como o CRC – Certificado de Regularidade Cadastral não é específico para cada licitação, o Envelope 01-Documents deverá conter os documentos abaixo descritos, bem como os documentos constantes dos Artigos 27 a 31 da Lei Federal de Licitações 8.666/93:

a) CRC em vigor, **se possuírem**;

b) Carta, conforme minuta anexa a este edital (**Anexo IV – Modelo de Declarações e Documentos**), com indicação de pessoa(s) credenciada(s) a representar(em) a empresa e praticar todo e qualquer ato previsto ou referente ao processo da licitação, inclusive e especialmente desistir do direito de interposição de recurso, bem como para encaminhamento da Documentação de Habilitação, assinada pelo seu representante legal com aposição do carimbo de identificação.

c) Declaração escrita, firmada pelo representante legal da empresa, de que ela se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, preenchida de acordo com a minuta anexa a este edital (**Anexo IV – Modelo de Declarações e Documentos**).

d) Carta de superveniência, firmada pelo representante legal da empresa, conforme **Art. 32 §2º da Lei Federal nº 8.666/93**, preenchida de acordo com a minuta anexa a este edital (**Anexo VIII**);

e) Declaração escrita, firmada pelo representante legal da empresa, de que ela se encontra ciente e em conformidade com o **Art. 87, incisos III e IV da Lei Federal nº 8.666/93**, preenchida de acordo com a minuta anexa a este edital (**Anexo IV – Modelo de Declarações e Documentos**);

#### **10.1.2. - DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Registro comercial, no caso de empresário;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **10.1.3 - DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

10.1.3.1 – A documentação relativa a qualificação técnica, no tocante à demonstração de experiência consiste em:



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

a) A LICITANTE deverá apresentar atestado emitido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em quantidades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação

a.1) Consideram-se pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação os serviços anteriores que atendam aos seguintes quantitativos:

a.1.1) Totalizem uma quantidade média mensal de passageiros transportados (pagantes ou não), apurada em qualquer período contínuo de pelo menos 06 (seis) meses de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 01 (hum), do número de passageiros médios mensais estimados (Anexo II).

a.2) O atestado deverá ser em nome da Licitante, por se tratar de comprovação de experiência técnico-operacional, sendo vedada a apresentação de atestados em nome de sócios ou responsáveis técnicos da proponente.

a.3) O atestado deverá informar o local, a natureza, o quantitativo e o tipo de veículo da frota utilizada na prestação do respectivo serviço e o número médio mensal de passageiros transportados (pagantes ou não), à época de sua emissão, bem como assinalar o prazo pela qual a Licitante presta ou prestou o serviço.

a.4) De forma anexa a cada atestado, deverá ser apresentado declaração da Licitante, informando o nome, cargo, endereço e telefone de funcionário do Órgão emissor do atestado.

b) A Licitante deverá apresentar atestado de que opera ou operou sistema de:

b.1) Bilhetagem eletrônica, em serviços de transportes, apurada em qualquer período contínuo de pelo menos 06 (seis) meses, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 01 (hum) do número de passageiros médios mensais estimados.

c) Para fins de qualificação técnica, a Licitante deverá apresentar declaração de disponibilidade da frota necessária ao início da operação:

c.1) Observado o disposto no Termo de Referência (Anexo I), a frota a ser utilizada no cumprimento do Contrato, deverá ter em média 05 (cinco) anos de fabricação, sempre observando as inovações tecnológicas exurgidas no curso do Contrato.

d) A Licitante deverá apresentar declaração, comprometendo-se, caso vencedora da licitação, a fornecer e instalar os equipamentos necessários ao funcionamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, até a data de início da operação.

e) A Licitante deverá apresentar declaração, comprometendo-se caso se sagre vencedora, a fornecer e instalar os equipamentos necessários ao funcionamento do Sistema de Monitoramento de Frota, até a data de início da operação.



**10.1.4 - DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, nos termos da legislação vigente, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a.1) Serão considerados aceitos na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1.1) Publicados na imprensa oficial, tratando-se de sociedade anônima ou por ações;

a.1.2) Para os demais tipos societários por publicação em jornal; ou

a.1.3) Por cópia ou reprodução registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

a.1.4) Por cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, registrados na Junta Comercial ou outro órgão equivalente;

a.1.5) Em se tratando de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, a documentação acima referida deverá ser substituída pela demonstração contábil relativa ao período de funcionamento ou balanço de abertura, ficando, inclusive, dispensada do cumprimento da exigência constada no item b;

a.1.6) Através de escrituração contábil digital (SPED).

a.2) Os documentos exigidos no subitem anterior devem ser assinados pelo representante legal do licitante e pelo contabilista legalmente responsável, devidamente identificados;

b) Demonstrativo em papel timbrado da empresa e assinado por seu representante legal, comprovando a boa situação financeira da licitante que será verificada através dos índices: ILG (Índice de Liquidez Geral), ILC (Índice de Liquidez Corrente), e ISG (Índice de Solvência Geral), os quais deverão ser calculados e apresentados pela licitante, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

<b>ILG – Índice de Liquidez Geral</b>
<u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u>
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
<b>ILC – Índice de Liquidez Corrente</b>
<u>Ativo Circulante</u>
Passivo Circulante
<b>ISG – Índice de Solvência Geral</b>
<u>Ativo Total</u>



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

### Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

b.1) Somente serão Habilitadas as empresas que obtiverem os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, igual ou maior que um ( $=$  ou  $> 1$ );

b.1.1) Não serão aceitas fórmulas alternativas para os índices contábeis, reservando-se, ainda, à Prefeitura Municipal de Birigui, o direito de reclassificar contas, se necessário for, de acordo com a legislação vigente.

c) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

c.1) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

c.2) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

c.3) Para o caso de empresas em recuperação judicial, no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.

c.4) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial, no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

### **10.1.5 - DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ - do Ministério da Fazenda, sendo aceito documento extraído via INTERNET;

b) Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal, relativos ao domicílio ou sede da licitante, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto contratual;

c) Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) juntamente à regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por lei, junto à Previdência Social, expedidas em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional em conformidade com a Portaria MF 358/2014, sendo aceito documento extraído via INTERNET;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

d) Certidões de regularidade Fiscal Municipal (tributos mobiliários) ou outra equivalente na forma da Lei, dentro do prazo de validade a partir de sua expedição, sendo aceito documento extraído via INTERNET;

e) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor, sendo aceito documento extraído via INTERNET;

f) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho em cumprimento a exigência contida no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos. (inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal), conforme modelo disponibilizado no **Anexo IV – Modelo de Declarações e Documentos**.

10.2 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original ou cópia autenticada, nos termos do Art. 32 da Lei 8.666/93, sendo que, no caso de pedido para autenticação através de servidor público da Prefeitura Municipal de Birigui o pedido deverá ser realizado na própria sessão pública de abertura dos Envelopes.

10.3 - A Comissão de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais para dirimir dúvidas que, a seu exclusivo critério, venham a surgir no exame da documentação apresentada.

10.4 Para fins de habilitação será observado o seguinte:

a) Em se tratando de **microempresas e empresas de pequeno porte**, deverá ser apresentada toda a documentação exigida na cláusula onze deste edital, porém, serão declaradas HABILITADAS mesmo que apresentem alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da LC 155/2016. A que for declarada vencedora do certame, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da ciência do julgamento para apresentar a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

b) Em se tratando de empresas que não se enquadrem no subitem anterior a apresentação da documentação constante do envelope nº 01 em desacordo com o previsto na cláusula onze deste edital acarretará sua INABILITAÇÃO.

### **11 - DA PROPOSTA COMERCIAL:**

11.1 - O “Envelope nº 02 - Proposta Comercial” deverá conter a Carta Proposta Comercial, preenchida conforme minuta anexa a este edital (**Anexo IV – Modelo de Declarações e Documentos**) – **CARTA PROPOSTA COMERCIAL**, devidamente assinada por responsável legal da licitante, com





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

sua identificação e cargo, contendo o carimbo com CNPJ e a denominação da empresa, na qual o valor da Tarifa Técnica de Remuneração Por Passageiro Transportado proposto esteja expresso em algarismo e por extenso, bem como conste a data base do orçamento e endereço eletrônico para contato, bem como a Aceitação do pagamento da Outorga Fixa de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

11.1.1 - A Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado, **não poderá ser superior a ao valor de R\$ 10,74 (deis reais e setenta e quatro centavos)**

11.2. - Deverão estar consignados na proposta:

11.2.1 - A denominação, CNPJ, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail do licitante e data;

11.2.2 - Valor global em algarismos e por extenso, contendo apenas 02 (duas) casas decimais, sendo que existindo uma terceira casa decimal, esta deverá ser arredondada, expressos em moeda corrente nacional, sem inclusão de previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação;

11.2.2.1 - Preço: unitário e global, conforme disposto no item 3.1, obedecendo as condições quantitativas e qualitativas apresentadas através do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar que fazem parte deste Edital, tendo como critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado;

11.2.3 - **Prazo de concessão dos serviços é de 10 (dez) anos contados a partir da data de recebimento pela contratada da Ordem de Serviços expedida pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, podendo ser prorrogado uma única vez por mais 05 (cinco) anos, com base em solicitação formal enviada, em no mínimo, 30 (trinta) dias úteis anteriores a data do vencimento dos prazos estabelecidos neste Edital e anexos.**

11.2.4 - Prazo de garantia dos serviços será aquela prevista na legislação vigente;

11.2.5 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes documentação.

11.3- A proposta comercial deverá ser entregue em envelope lacrado.

11.4 – Visando celeridade na elaboração do contrato, a empresa licitante poderá constar em sua proposta o nome do seu representante legal, cargo que ocupa na empresa e demais dados (CPF, RG, Endereço Residencial, E-mail e Telefone) que ir-se-á assinar o referido instrumento.

**OBS: É facultado à Comissão, Área Técnica ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e garantir o atendimento às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de**



desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital, vedada a inclusão posterior de documento ou informações que deveriam constar originalmente no processo.

## **12 - DA HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

12.1 - Será julgada inabilitada a licitante que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante do presente Edital e seus anexos;
- b) fizer qualquer referência a preços na fase da habilitação.

12.2 - Serão devolvidos os envelopes “Proposta Comercial” das licitantes cuja documentação tenha sido julgada definitivamente em desacordo com as exigências do presente Edital, ficando à disposição das empresas inabilitadas para serem retirados no prazo de até 15 (quinze) dias após a adjudicação, findo o qual, serão inutilizados.

12.3 - Ultrapassada a fase de habilitação, serão abertos os envelopes “Proposta Comercial” das licitantes cuja documentação de habilitação estiver conforme o exigido, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos na fase de habilitação.

12.4 - A presente licitação, para efeitos de julgamento, é do tipo “**Menor Tarifa Técnica de Remuneração por passageiro transportado**”, e a Comissão de Licitações julgará e classificará as propostas pelo critério de **Menor Tarifa Técnica**.

12.5 - Serão desclassificadas as propostas (Art. 40, X - Lei 8.666/93):

- a) Que não atendam a todas as exigências do ato convocatório, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei de Licitações;
- b) Que ofereçam vantagens não previstas no Edital, bem como preços e vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) Com valor inferior ao orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** deste edital.

12.6 – As propostas serão inicialmente ordenadas em ordem decrescente do Valor proposto, ou seja, será provisoriamente classificada em primeiro lugar a proposta com melhor Valor e assim sucessivamente.

12.7 - Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por **sorteio em ato público** para o qual todas as licitantes classificadas serão convocadas (Art. 45 § 2º da Lei 8.666/93).

12.8 - A Comissão de Licitações dará ciência aos interessados do resultado da habilitação e da classificação, inclusive dos motivos que deram causa a eventuais inabilitações e desclassificações, na própria sessão ou por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

12.9 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de **08 (oito) dias úteis** para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, conforme determina o § 3º do Art. 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

### **13 - DOS RECURSOS**

13.1 - Serão permitidos na presente licitação todos os recursos constantes no art. 109 da Lei 8.666/93, observados os prazos e condições nele estabelecidos (Art. 40, XV - Lei 8.666/93).

13.2 - Os recursos, bem como respectivas impugnações aos recursos apresentados, deverão ser interpostos por escrito, dirigidos ao Sr. Prefeito da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** e entregues à Comissão de Licitações, respeitando-se os prazos constantes no Art. 109 da Lei Federal 8.666/93, até as 16:00 horas, na Rua Anhanguera, 1155, Jardim Morumbi - Birigui / SP, ou por meio de “e-mail: [licitacoes@birigui.sp.gov.br](mailto:licitacoes@birigui.sp.gov.br)”.

**13.2.1 - Os recursos deverão estar acompanhados de documentação comprobatória que demonstre a representatividade legal do subscrevente junto à empresa para interposição do recurso.**

**13.2.2 - Os originais dos recursos interpostos via e-mail deverão ser entregues até as 16:00 horas do 1º (primeiro) dia útil após a data de envio do mesmo, ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do ORIGINAL ou da CÓPIA AUTENTICADA junto à Seção de Licitações desta Prefeitura Municipal de Birigui, situada à Rua Anhanguera, 1155, Jardim Morumbi – Birigui/SP.**

### **14 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:**

14.1 - Publicada a classificação final e decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis sem que haja interposição de recurso, serão os autos encaminhados à autoridade superior competente para deliberação quanto à homologação do procedimento e adjudicação do objeto da licitação em decisão que, se for o caso, deverá indicar a habilitação fiscal da Empresa vencedora do certame.

### **15 - DA CONTRATAÇÃO:**

15.1 - A licitante vencedora será convocada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinatura do Contrato, nos termos da minuta anexa a este edital (**Anexo V**), devendo apresentar nesse ato (Art. 40, I - Lei 8.666/93):

**15.1.1 - Garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor de estimado de investimentos (Anexo III).**



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

15.1.1.1 - Para garantir o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas pela **CONCESSIONÁRIA** quando da assinatura do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **CONCEDENTE** o comprovante de que prestou a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, equivalente a 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DOS INVESTIMENTOS.

15.1.1.2 – Conforme estimativa do Anexo II item 2, o valor estimado da Garantia de execução de Contrato é de R\$ 205.834,86 (duzentos e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais, e oitenta e seis centavos), que é condição para assinatura do **CONTRATO**, o valor exato só será possível quando da apresentação da Licitante Vencedora.

15.1.2 - A garantia estipulada neste item será prestada mediante caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à CONTRATADA optar por uma dessas modalidades.

a1) O seguro-garantia, em conformidade com a Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013, deverá conter nas condições especiais a seguinte cláusula: “1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

a2) A fiança bancária deverá conter: prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato; expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações; não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei 8666/93.

b) Certidão Negativa de Débito (CND), expedida pelo INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), com prazo de validade em vigor, para a finalidade de licitação e contratação com o Poder Público.

15.1.2 – A Garantia somente será liberada após assinatura do termo de encerramento definitivo do contrato e mediante a demonstração do cumprimento integral das obrigações trabalhistas assumidas junto aos trabalhadores contratados para execução dos serviços objeto deste contrato e da ausência de condenações subsidiárias do município ao pagamento de indenizações, inclusive por acidente de trabalho, que tenham ligação com a execução dos serviços contratados.

15.1.2.1 - Se constatada alguma das situações retromencionadas, o valor da garantia será utilizado até o limite necessário para quitação dos débitos supracitados

15.1.3 - Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a CONTRATADA



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

15.2 - Caso a licitante vencedora, ao ser notificada para assinar o Contrato, não o faça no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, ou não solicite, com justificativa aceita pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, dilatação do prazo por igual período (Art. 64, § 1º - Lei 8.666/93), decairá do direito de celebrar o ajuste.

15.3 - A recusa injustificada para a assinatura do Contrato também sujeitará a licitante vencedora às penalidades dispostas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93 e Decreto Municipal nº 5.385/2.015.

15.4 - Na hipótese do subitem 15.3, caberá à **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** o direito de convocar às demais licitantes classificadas, observada a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive, quanto ao preço, ou de revogar a licitação de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

15.5 - **O valor contratado em decorrência da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.**

15.6 - A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e participação, exigidas na licitação.

15.7 - Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, da execução dos demais itens da planilha do contrato que advier da presente licitação sem autorização expressa da Prefeitura Municipal de Birigui, sob pena de rescisão contratual.

### **16 – DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO E DO SUBSÍDIO TARIFÁRIO:**

16.1 - A Tarifa Pública é definida e determinada pelo Poder Público, observadas as questões da Modicidade Tarifária.

16.2 - A remuneração da concessionária, terá como base a Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiros Transportados, que assegurará o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, e será aquela definida na Proposta Comercial da Licitante vencedora decorrerá de:

a) da cobrança da **TARIFA** Pública diretamente dos usuários, devidamente atualizada conforme as hipóteses de reajuste e revisão previstas no presente Edital e seus anexos;

b) Subsidio Tarifário, calculado da seguinte forma:

$$SubTM = (T_{trp} \times P_{trp}) -$$

Onde:



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

**SubTM = Subsidio Tarifário Mensal;**

**Ttrp** = Tarifa Técnica de Remuneração por passageiros (*vlr em Reais R\$*);

**Ptrp** = Passageiro Total Transportados (*em dado periodo*);

**Vlar** = Valor arrecadado com venda na bilhetagem ou arrecadados em veículos.

*Obs. O Valor arrecadado considera a aplicação do Valor da Tarifa pública por passageiros equivalente – Valor em Reais R\$ ;*

16.3 - É permitido à concessionária auferir receitas alternativas, como a de publicidade, por sua conta e risco, desde que não onerem de qualquer forma os usuários ou o Poder Público, nem cause prejuízo de qualquer espécie ao serviço prestado.

### **17 – DAS GRATUIDADES E BENEFÍCIOS TARIFÁRIOS:**

17.1 - As gratuidades tarifárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Município de Birigui são as previstas no Art. 16 e 17 da Lei Complementar Nº 60, de 19 de Setembro de 2014 e suas alterações.

17.2 - Novas gratuidades, ampliações das gratuidades ou benefícios tarifários existentes, novos abatimentos ou novos benefícios tarifários somente serão concedidos ou criados, ao longo da concessão, com a indicação da fonte dos recursos financeiros compensatórios, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO DE CONCESSÃO** e não prejudicar a modicidade das tarifas.

### **18 - DAS PENALIDADES:**

18.1 - O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente contrato sujeitará a Contratada às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual <www.birigui.sp.gov.br>, menu “Legislação”, bem como neste instrumento contratual.

18.2 - A recusa injustificada em assinar o contrato, por parte da licitante vencedora convocada para esse fim, caracterizará o total descumprimento da obrigação assumida, e sujeitará a infratora à suspensão de seu direito de participar de procedimentos licitatórios e ao impedimento de contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** por prazo não inferior a 02 (dois) anos.

18.3 - As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras sendo que o total das multas não poderá exceder o montante de 20% do valor do contrato a ser firmado.

### **19 – DO REAJUSTE DA TARIFA TÉCNICA DE REMUNERAÇÃO POR PASSAGEIRO**





## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

### TRANSPORTADO:

19.1 – A Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado será reajustada, a cada 12 (doze) meses, contados da data-base inicial da apresentação da **PROPOSTA** vencedora da licitação.

19.2 - O reajuste anual da Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado será realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$Ttp_r = Ttp_0 \times R$$

Onde:

$Ttp_r$  = Valor da Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado **REAJUSTADO**, valor expresso em Reais (R\$)

$Ttp_0$  = Valor da Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado contratual vigente na data base de cálculo do reajuste, expresso em real (R\$)

R = Índice de reajustamento, conforme fórmula a seguir.

$$R = ((Pd \times Vd) + (Pr \times Vr) + (Ps \times Vs) + (Pa \times Va))$$

Onde:

**Pd** = Fator multiplicador (peso) da participação da variação dos combustíveis na composição do reajuste, definido no **29,78% (vinte e nove e setenta e oito por cento)**.

**Vd** = Variação do preço de combustíveis e lubrificantes (preço de óleo diesel) para grandes consumidores. Fonte: *ANP – Agência Nacional do Petróleo*, Gás Natural e Biocombustíveis, ou aquele que venha substituir em razão de adequações dos motores dos ônibus. Sendo sempre considerados os índices referentes a 2 (dois) meses antes da data base de reajuste da tarifa e aqueles correspondentes a 2 (dois) meses antes do último reajuste tarifário.

**Pr** = Fator multiplicador (peso) da participação da variação dos preços englobando material de rodagem e peças e acessórios na composição do reajuste, definido no peso de **13,19% (treze vírgula dezenove por cento)**.

**Vr** = Variação dos “Índices de preços ao produtor amplo - Origem (IPA-OG) - Indústria de transformação - Artigos de Borracha e de Material de Plásticos (coluna 28)/FGV, Sendo sempre considerados os índices referentes a 2 (dois) meses antes da data base de reajuste da tarifa e aqueles correspondentes a 2 (dois) meses antes do último reajuste tarifário.

**Ps** = Fator multiplicador (peso) da participação da variação do salário na composição do reajuste, definido no **valor de 39,58% (Trinta e nove vírgula cinquenta e oito por cento)**.

**Vs** = Variação da soma dos salários e benefícios do Pessoal de mão-de-obra do serviço de transporte coletivo de Birigui conforme Convenção Coletiva do Trabalho ocorrida entre o momento imediatamente anterior ao cálculo de reajuste e o valor anterior ao cálculo do último reajuste tarifário.

**Pa** = Fator multiplicador (peso) da participação da variação dos demais itens de custo na composição do reajuste, definido no **valor de 17,45% (dezessete vírgula quarenta e cinco por cento)**.

**Va** = variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sendo sempre considerados os índices referentes a 2 (dois) meses antes da data base de reajuste da tarifa e aqueles correspondentes a 2 (dois) meses antes do último reajuste tarifário.

19.3 - O cálculo do reajuste do valor da Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado será feito pela **CONCESSIONÁRIA** e previamente submetido ao **PODER CONCEDENTE** para verificação da sua correção.





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

19.4 - Homologado o reajuste pelo PODER CONCEDENTE, após oitiva da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, a SECRETARIA expedirá ato administrativo alterando o valor da TARIFA e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo do Município de Birigui, a quem caberá, se for o caso, decretar as novas TARIFAS em montante suficiente para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

19.5 - Em caso de suspensão ou extinção de qualquer dos índices de reajuste definidos na presente cláusula, deverão ser, temporária ou definitivamente, conforme o caso, substituídos por outros que representem a mesma categoria de custo e apresentem variação histórica semelhante ao do índice extinto.

### **20 – DA REVISÃO DA TARIFA TÉCNICA DE REMUNERAÇÃO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO:**

20.1 – Conforme Termo de Referência, a Tarifa Técnica de Remuneração por Passageiro Transportado poderá ser revisada a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão, formada pelas regras da presente TERMO, bem como pelas planilhas apresentadas na PROPOSTA vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

20.2 - Qualquer alteração nos encargos da CONCESSIONÁRIA, sem o proporcional ajuste de remuneração, importará na obrigação do PODER CONCEDENTE de recompor o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

20.3 - Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, além daqueles já previstos no presente instrumento, que poderão ocorrer simultaneamente ou não:

a) sempre que ocorrerem variações na quilometragem rodada do sistema em relação aos montantes, considerando-se todas as repercussões sobre os investimentos, custos e a receita;

b) sempre que ocorrer variação da composição de investimentos em frota, decorrente de determinação do PODER CONCEDENTE, em razão de acréscimo ou diminuição de veículos, mudança de tipo de veículo, ou modificação de vida útil ou idade média máxima;

c) ressalvados os impostos sobre a renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos que incidem sobre o serviço ou a receita da CONCESSIONÁRIA ou sobrevierem disposições legais, após a data de apresentação da PROPOSTA, de comprovada repercussão nos custos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

d) sempre que houver acréscimo ou supressão dos encargos previstos em CONTRATO, para mais ou para menos, conforme o caso;

e) sempre que houver alteração unilateral deste CONTRATO, que comprovadamente altere os encargos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso.

20.4 - Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA vencedora da licitação, assegurando-se a proteção, ao longo do CONTRATO, do elemento de mérito TIR (Taxa Interna de Retorno) indicado na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida PROPOSTA.

20.5 - O processo de revisão será realizado sempre que ocorrer qualquer das situações previstas no presente Edital e seus Anexos, que imponha a sua ocorrência e terá início, de ofício, pelo PODER CONCEDENTE, ou mediante requerimento formulado pela CONCESSIONÁRIA.

20.6 - O PODER CONCEDENTE terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir o processo a que alude o item anterior, contado da data de sua instauração de ofício ou mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA, assegurando, previamente, no período, as garantias do contraditório, dos esclarecimentos e das justificativas que se façam necessários por parte da CONCESSIONÁRIA.

20.7 - Uma vez confirmada a necessidade de revisão da TARIFA para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, esta SECRETARIA expedirá ato administrativo alterando o valor da TARIFA e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo do Município de Birigui, a quem caberá decretar os valores de TARIFA em montante suficiente para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

## **21 – DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E PRERROGATIVAS**

### **21.1 – DOS USUÁRIOS:**

21.1.1 - Sem prejuízo das disposições contidas na legislação municipal vigente, são direitos e obrigações dos usuários do transporte coletivo:

- a) Ser transportado com segurança, conforto e higiene;
- b) Ser tratado com urbanidade e respeito;
- c) Ter os preços das tarifas compatíveis com a qualidade do serviço prestado;
- d) Receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de direitos individuais e coletivos;
- e) Utilizar o transporte coletivo dentro dos horários fixados pelo poder concedente;
- f) Ter prioridade, por ocasião do planejamento do sistema de tráfego nas vias públicas, sobre o transporte individual;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

- g) Pagar a tarifa dos serviços correspondentes;
- h) Levar ao conhecimento do poder concedente e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes à execução da concessão;
- i) Zelar e não danificar os bens da concessionária.

### 21.2 – DO PODER CONCEDENTE

21.2.1 - Sem prejuízo de outras prerrogativas definidas na legislação vigente, incumbe ao PODER CONCEDENTE:

- a) Fiscalizar, permanentemente, a execução do serviço objeto do presente contrato, zelando por qualidade, conforto e segurança;
- b) Assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- c) Aplicar penalidades regulamentares e contratuais;
- d) Intervir na concessão, nos casos e nas condições previstas neste contrato;
- e) Declarar a extinção da concessão, nos casos previstos no presente contrato;
- f) Fixar tarifas, homologar reajustes e proceder às revisões tarifárias, nas condições previstas neste contrato, para assegurar o seu equilíbrio econômico- financeiro;
- g) Cumprir as leis e as cláusulas do presente contrato;
- h) Fixar itinerários e pontos de parada;
- i) Fixar horários, frequência, frota e terminais de cada linha;
- j) Organizar, programar e fiscalizar o sistema de transporte público coletivo do município de Birigui;
- k) Implantar e extinguir linhas e extensões;
- l) Vistoriar os veículos da concessionária;
- m) Estabelecer as normas de conduta do pessoal de operação da concessionária;
- n) Controlar o número de passageiros do sistema de transporte público coletivo do município de Birigui;

### 21.3 - DA CONCESSIONÁRIA

21.3.1 - Sem prejuízo do cumprimento dos encargos previstos no instrumento convocatório e seus anexos, e das disposições contidas na legislação vigente, incumbe à CONCESSIONÁRIA:

- a) Prestar os serviços de forma adequada aos usuários, na forma definida pelo art. 6º, parágrafos 1º e 2º da Lei Federal 8.987/95, e de acordo com as disposições constantes do instrumento convocatório e minuta de contrato;
- b) Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas do contrato de concessão;
- c) Facilitar o exercício da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

- 
- d) Manter a frota adequada às exigências da demanda, empregando equipamentos de tecnologia moderna, visando à segurança e o conforto dos usuários;
- e) Adotar uniformes e identificação, por meio de crachá, para o pessoal que opera o serviço;
- f) Cumprir as ordens de serviço emitidas pelo PODER CONCEDENTE;
- g) Executar os serviços cumprindo, rigorosamente, o horário, frequência, frota, tarifa, itinerário, pontos de parada e terminais definidos pelo PODER CONCEDENTE;
- h) Apresentar os veículos para vistoria do PODER CONCEDENTE, sempre que for exigido, comprometendo-se a sanar eventuais irregularidades que possam comprometer o conforto, a segurança e a regularidade dos serviços;
- i) Manter as características fixadas pelo PODER CONCEDENTE para os veículos em operação;
- j) Preservar a inviolabilidade dos equipamentos, hardware e software de registro e controle de usuários e receita;
- k) Proporcionar, periodicamente, treinamento e atualização do pessoal de operação, nas áreas de relações humanas, segurança de tráfego e primeiros socorros;
- l) Tomar imediatas medidas em caso de interrupção de viagem, garantindo seu prosseguimento, sem qualquer ônus aos usuários que já tenham pago a tarifa;
- m) Operar as linhas definidas no instrumento convocatório e seus anexos, bem como aquelas que forem alteradas ou criadas pelo PODER CONCEDENTE, no decorrer da concessão;
- n) Implantar, operar, gerenciar e administrar, a partir do início da operação dos serviços, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica, atendendo às especificações do Anexo;
- o) Operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, obrigando-se a saldá-los na época própria, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o PODER CONCEDENTE;
- p) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- q) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO;
- r) Promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente, nos termos da legislação pertinente;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

s) Disponibilizar nos veículos, os adesivos, legendas, placas ou dispositivos informativos, internos, determinados pelo PODER CONCEDENTE, em adequado estado de conservação e funcionamento;

t) Manter garagem fechada com área de estacionamento, abastecimento, manutenção, inspeção e administração e demais instalações definidas no Anexo, em tamanho suficiente para abrigar toda sua frota e equipamentos, observando toda a legislação pertinente, inclusive de uso do solo e meio ambiente;

u) Manter seguro dos veículos da CONCESSIONÁRIA;

v) Garantir ao PODER CONCEDENTE o livre acesso às suas instalações operacionais e veículos, para o exercício de suas atividades de gerenciamento do serviço de transporte coletivo;

w) Responsabilizar-se pela obtenção das licenças e autorizações necessárias para desenvolvimento de suas atividades;

x) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao PODER CONCEDENTE, aos usuários ou a terceiros na execução do objeto do CONTRATO, sem que a fiscalização exercida pelo CONCEDENTE exclua ou atenuie essa responsabilidade;

y) Em compatibilidade com as obrigações assumidas no CONTRATO, manter as condições de habilitação exigidas na Licitação;

z) Encaminhar, sempre que solicitado pelo PODER CONCEDENTE, a documentação de prova de regularidade fiscal nos termos da lei;

### **22 - DA INTERVENÇÃO DO PODER CONCEDENTE:**

22.1 - Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como, o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, o PODER CONCEDENTE poderá intervir na operação do serviço.

22.2 - Considera-se deficiência grave na prestação do serviço, para efeito do item anterior, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior:

a) A reiterada inobservância das normas regulamentares do serviço, tais como as concernentes ao itinerário ou horário determinado;

b) O não atendimento de notificação expedida pelo PODER CONCEDENTE para retirar de circulação veículo considerado em condições inadequadas para o serviço;

c) O descumprimento pela CONCESSIONÁRIA de suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;

d) A realização de "lock out", ainda que parcial;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

e) A transferência, pela CONCESSIONÁRIA da operação dos serviços sem prévio e expresse consentimento do PODER CONCEDENTE.

22.3 - A intervenção far-se-á por Decreto do Prefeito Municipal de Birigui, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção, bem como as causas, os objetivos e os limites da medida.

22.4 - No período de intervenção, o PODER CONCEDENTE assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a CONCESSIONÁRIA utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

22.5 - O procedimento administrativo de intervenção deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, aplicando-se o previsto no item seguinte.

22.6 - Cessada a intervenção, se não for extinto o CONTRATO, por caducidade, a administração do serviço será devolvida à CONCESSIONÁRIA, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

22.7 - O interventor deverá cumprir, durante o período que durar a intervenção, todos os compromissos da CONCESSIONÁRIA, inclusive àqueles relacionados aos financiamentos por ela contratados.

### **23 - DO CONTRATO DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS**

23.1 – A transferência do CONTRATO DE CONCESSÃO dependerá de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, nos termos do art. 27, da Lei Federal nº 8.987/1995 bem como Parecer Jurídico favorável, implicando a ausência de anuência, na caducidade da concessão.

23.2 - Para obter a anuência do PODER CONCEDENTE, o pretendente deverá:

a) Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;

b) Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo EDITAL todos os seus Anexos.

23.3 - A transferência do controle societário da concessionária dependerá de prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE e Parecer Jurídico, sob pena de caducidade da CONCESSÃO.

23.4 - A transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE:

a) Quando a transferência não prejudicar, tampouco colocar em risco a execução do CONTRATO;

b) Após 01 (um) ano da emissão da ORDEM DE SERVIÇO, mediante a comprovação do cumprimento regular das obrigações assumidas no CONTRATO e posteriores aditivos.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

23.5 - A prévia autorização do PODER CONCEDENTE e Parecer Jurídico, é indispensável mesmo no caso de transferência indireta do controle por meio de controladoras, ou mesmo em hipótese de acordo de acionistas.

23.6 - As transferências de concessão ou de controle societário da CONCESSIONÁRIA serão regidas pelo artigo 32 da Lei Complementar do Município de Birigui nº 60/2014, bem como as demais legislações vigentes e aplicáveis, observadas as disposições contratuais a respeito.

23.7 – A efetiva alteração trazida nesta cláusula somente se dará com Parecer Jurídico favorável expedido pela Secretaria de Negócios Jurídicos e Ratificação do Concedente através do Chefe do Executivo Municipal.

### **24 – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

24.1 – O prazo para início da operação dos serviços é de 30 (trinta) dias após assinatura do Contrato de Concessão e a emissão de Ordem de Serviço, as linhas a serem exploradas estão definidas no Estudo Técnico Preliminar e Itinerários (Anexo II).

#### **24.2 – Condicionam-se a efetiva execução Contratual:**

**24.2.1 - As novas LINHAS que forem criadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana em função do crescimento natural da população ou da dinâmica do uso e ocupação do solo do Município de Birigui, bem como da divisão, prolongamento ou fusão de linhas, fazem parte do objeto da concessão ora licitada, de modo que tais serviços serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, resguardando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO.**

**24.2.2 - O fornecimento, a gestão da operação, manutenção dos equipamentos, hardware, software e validação de créditos eletrônicos do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, conforme especificação técnica do Anexo;**

**24.2.3 - O fornecimento, a instalação, a manutenção, renovação e atualização tecnológica dos equipamentos embarcados do Sistema de Monitoramento de Frota, conforme especificações técnicas do Anexo.**

### **25 – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS:**

25.1 - Serão aprovados para os serviços somente veículos apropriados e que satisfaçam as especificações, normas e padrões técnicos estabelecidos pela ABNT, pela legislação nacional de trânsito e pelo ao PODER CONCEDENTE.

25.2 - A frota utilizada na execução dos serviços será composta por veículos nos termos da Lei Complementar nº 60, de 19 de setembro de 2014 e Lei Complementar nº 102, de 18 de outubro de 2018:





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

a) Ônibus com a capacidade mais de 30 passageiros sentados, excetuando-se o motorista e espaço para passageiros em pé;

b) Micro-ônibus com a capacidade máxima de 20 passageiros sentados, excetuando-se o motorista e espaço para passageiros em pé;

25.3 - Com o objetivo de adequar a oferta de transporte (frota/lugares), e permitido a CONCESSIONARIA adotar veículos de portes diferenciados, desde que respeitado o atendimento atual especificado.

25.3.1 - Este atendimento é mantido através da adoção de fatores de equivalência em relação ao veículo convencional.

25.4 - A frota veicular deve ser 100% acessível, podendo ser equipado com plataforma elevatória veicular ou piso baixo (Low Entry) com rampa e, suspensão pneumática e sistema de rebaixamento total.

25.4.1 - Deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 14022:2009, que estabelece critérios técnicos e parâmetros de acessibilidade a serem observados em todos os elementos do sistema de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os preceitos do Desenho Universal.

25.5 - Os veículos, equipamentos e respectivas instalações devem obedecer os requisitos do Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Veículos para o Transporte Coletivo de Passageiros do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, especificamente a Norma Técnica Brasileira NBR 14.022:2006 e NBR 15570:2009.

## **26 – DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO**

26.1 - A presente licitação poderá ser revogada, devendo ser anulada na hipótese da ocorrência de vícios ou irregularidades no procedimento, sem que disso resulte qualquer direito a indenização ou compensação ressalvado o disposto na Lei Federal no 8.666/93 que rege esta Licitação.

## **27 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

27.1 - A participação nesta Concorrência implica a aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, tendo seu suporte legal na Lei Federal nº 8.666/93 e na legislação pertinente em vigor, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

27.2 - A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** reserva-se o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desistir, revogar, adiar, ou mesmo anular total ou parcialmente esta licitação, se



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

assim julgar conveniente, na forma da Lei, sem que isso represente direito das licitantes a qualquer pedido de indenização, reembolso ou compensação de valores.

27.3 - A qualquer tempo e na forma da Lei, antes da contratação, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** poderá inabilitar a licitante ou desclassificar sua proposta sem que a esta caiba direito de indenização ou reembolso, na hipótese de não serem mantidas as condições de habilitação.

27.4 - Prevalecerá o disposto no presente Edital, sempre que houver dúvidas entre este e os elementos a ele incorporados.

27.5 - Os casos omissos, não previstos neste Edital, serão solucionados pelo Senhor Prefeito, ouvidos os órgãos técnicos e especializados da Prefeitura.

27.6 – O risco do negócio é de responsabilidade total e exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

27.7 – A gestão e fiscalização do Contrato de Concessão será exercida pela Secretaria de Mobilidade Urbana, que terão livre acesso em qualquer tempo, aos dados relativos à administração e à operação da concessionária, assim como aos equipamentos e às instalações integrantes ou vinculadas à concessão, com o fim de assegurar o cumprimento dos encargos ora previstos, bem como da legislação vigente.

27.8 - Para conhecimento de todos, expede-se o presente Edital, que será publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado, Jornal de grande circulação no Estado, bem como na Internet no “site” [www.birigui.sp.gov.br](http://www.birigui.sp.gov.br) e afixado no local de costume (quadro de editais) da Prefeitura Municipal de Birigui/SP.

27.9 -Em qualquer dos casos de obtenção do Edital, a entidade interessada poderá, através de seu representante legal, assinar o Recibo de Retirada do Edital, conforme modelo (**Anexo IV – Modelo de Declarações e Documentos**) e encaminhá-lo à Seção de Licitações e Contratos, até 48 (quarenta e oito) horas anteriores à data e horário de recebimento das propostas; este procedimento a habilitará a receber os esclarecimentos e informações adicionais, que, por ventura, se fizerem necessárias.

27.10 – O presente instrumento convocatório fora elaborado com base no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar desenvolvido pela Secretaria de Mobilidade Urbana.

27.11 - As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

27.12 - Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

---

<b>ANEXO II</b>	Estudo Técnico Preliminar e Itinerário das Linhas/Grade de Horário das Rotas
<b>ANEXO III</b>	Estudo de Referência Econômico
<b>ANEXO IV</b>	Modelo de Declarações e Documentos
<b>ANEXO V</b>	Minuta do Contrato
<b>ANEXO VI</b>	Modelo de Planilha de Custo
<b>ANEXO VII</b>	Decreto Municipal nº 5.385/2015
<b>ANEXO VIII</b>	Termo de Ciência e Notificação

27.13 – O Foro competente, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência desta licitação é o da Comarca de Birigui/SP, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Birigui, aos 14 de fevereiro de 2023.

**ELIZEU FRAGA DO REGO**  
Secretário de Mobilidade Urbana

**LEANDRO MAFFEIS MILANI**  
Prefeito do Município de Birigui - SP